



Assistência Técnica e Extensão Rural: estratégias territoriais de fomento à produção apícola de base familiar no sertão alagoano

Technical Assistance and Rural Extension: territorial strategies to promote family-based bee production in the backlands of Alagoas

João Rafael Gomes de Moraes⁽¹⁾

⁽¹⁾ORCID: 0000-0001-5242-6685, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, Paraíba, Doutorando em Ciências Sociais, BRAZIL. E-mail: joao.rafael@yahoo.com.br.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 03 de setembro de 2019; Aceito em: 10 de maio de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: A política agrícola brasileira possui um conjunto de mecanismos para realização de seus objetivos. Em relação a contratação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) o governo federal e os governos estaduais publicam as Chamadas Públicas de Projetos (CPPs) para convocação e contratação de entidades governamentais e não-governamentais. Dentro deste contexto, o presente artigo tem o objetivo de relatar o processo de elaboração do projeto territorial de fomento à produção apícola no Território de Batalha (AL) empreendido pelo Instituto HABITAR, em parceria com a UNEAL, para submissão ao Edital FUNDECI 02/2019 – Desenvolvimento Territorial publicado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A pesquisa se apoiou em procedimentos metodológicos qualitativos, como a análise documental, levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. Espera-se que a presente pesquisa contribua para o enriquecimento dos debates relacionados ao fomento da apicultura no semiárido nordestino, por outro lado, o estudo também almeja ser uma ferramenta de aproximação por parte dos estudantes das ciências sociais e de agrárias no universo dos projetos de ATER.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Rural, Apicultura Familiar, Semiárido.

ABSTRACT: Brazilian agricultural policy has a set of mechanisms for achieving its objectives. Regarding the contracting of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services, the federal government and state governments publish the Public Calls for Projects (CPPs) for calling and hiring governmental and non-governmental entities. Within this context, this article aims to report the process of elaborating the territorial project to promote honey production in the Territory of Batalha (AL) undertaken by Instituto HABITAR, in partnership with UNEAL, for submission to the FUNDECI 02 Notice / 2019 - Territorial Development published by Banco do Nordeste do Brasil (BNB). The research was supported by qualitative methodological procedures, such as document analysis, bibliographic survey and semi-structured interviews. It is hoped that this research will contribute to the enrichment of debates related to the promotion of beekeeping in the Northeastern semiarid, on the other hand, the study also aims to be a tool for approximation on the part students of social and agrarian sciences to the universe of ATER projects.

KEYWORDS: Rural Extension, Family Beekeeping, Semiarid.

INTRODUÇÃO

A política agrícola brasileira, na atualidade, é fomentada por inúmeros instrumentos que vão desde o crédito até as isenções fiscais, perpassando por vários outros mecanismos. Entre eles, existe a Chamada Pública de Projetos (CPPs) que tem a função disponibilizar recursos para financiamento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) gratuito. Esses editais, em sua maioria, estão abertos para participação de entes governamentais e não-governamentais. São as instituições vinculadas ao Governo Federal que mais publicam esse tipo chamada visando apreciar e contratar projetos de fomento socioprodutivo.

Esse mecanismo de contratação é regulado pelo Art. 19 da Lei Federal nº 12.188 de 2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Este dispositivo legal determina que as CPPs devem conter, pelo menos, o objeto do contrato, qualificação e quantificação do público, a definição da área geográfica da prestação do serviço, prazo de execução, valores e comprovação da experiência técnica dos profissionais e das instituições executoras (BRASIL, 2010). Em termos gerais, esses critérios mínimos deveriam contribuir para a operacionalização do objetivo maior da PNATER, que é fortalecer a agricultura familiar e promover à agroecologia. Esses dois elementos sedimentam a política pública, eles orientam a construção de um novo modelo de prestação de serviços de ATER e de produção agrícola e pecuária (CASTRO; PEREIRA, 2017), privilegiando uma abordagem mais construtivista e participativa, em detrimento, da perspectiva difusionista e produtivista dominante, até então, dentro do universo da extensão rural brasileira (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Todavia, a operacionalização das diretrizes da PNATER através das CPPs, demonstrou um conjunto de fragilidades e desafios. Em 2010, ocorreu o primeiro ciclo de publicação das CPPs, promovida pela (extinta) Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo Diniz, Tavares de Lima e Almeida (2011), das 148 chamadas publicadas, apenas 19% previam o financiamento para iniciativas de transição agroecológica. Essas chamadas atenderam à um número muito limitado de regiões e agricultores familiares (em relação a dimensão territorial e ao número estabelecimentos familiares existentes no Brasil). Além disto, esses documentos foram demasiadamente padronizados. No geral, os autores avaliam

que, naquele ano, os editais estavam fundamentados na concepção unicamente produtivista e mercadológica.

Em 2013, o Governo Federal constituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural (ANATER). Contudo, a constituição de tal agência, por si só, não conseguiu reverter o conjunto de fatores impeditivos para a efetiva implementação do PNATER, ao contrário disto, terminou contribuindo no reforço desses aspectos. Com base em uma série de estudos, Diniz e Hespanhol (2018), elencam os fatores deste bloqueio: o Estado e a sociedade privilegiam o modelo de produção agrícola com base nos *commodities*; concepções distintas, e muitas vezes conflitantes, de ATER entre grupos e instituições no interior do Estado; permanência do modelo de gestão verticalizado e centralizado dentro das instituições de ATER pública; serviços executados ainda sobre o paradigma convencional da extensão rural; as grades curriculares das instituições de ensino dos profissionais de ATER não incorporaram as diretrizes da PNATER; desalinhamento de governos e poderes públicos estaduais em relações as diretrizes da política; utilização das equipes técnicas de ATER para operacionalizar as “políticas de governo”; dificuldades em inserir a agroecologia na agenda das instituições de ensino superior e de pesquisa; dificuldades na execução orçamentaria dos recursos de ATER; publicação de chamadas públicas em desconformidade com os princípios, diretrizes, objetivos e metodologias definidos na Lei de ATER; a ANATER avaliza o projeto tecnocrático sem conferir prioridade aos imperativos socioambientais e se orienta pelo paradigma produtivista-modernizador de extensão rural, dando centralidade à transferência de tecnologias

Diniz e Hespanhol (2018) reconhecem os avanços conquistados no decorrer do processo de implementação da política, por outro lado, avaliam que diversos outros problemas estruturais não foram superados pelo Estado brasileiro, pelos agentes sociais e políticos responsáveis pela operacionalização da PNATER. Fatores relacionados a ordem política, econômica e jurídica vigente, não favoreceram a plena operacionalização das diretrizes estabelecidas pela política de ATER, restringindo e limitando “sobremaneira a renovação de uma prática extensionista orientada pela adoção de metodologias participativas, pelos princípios da agroecologia, pela exclusividade no atendimento aos grupos sociais marginalizados” (IDEM, 2018, p. 27). Todavia, mesmo que a precarização da ATER pública seja evidente, a própria legislação em vigor garante

que o aparelho estatal continue, minimamente, publicando CPPs por intermédio de suas instituições, gerando assim pequenas janelas de oportunidade para o setor.

Um exemplo disto é a publicação, no dia 09/12/2019, do edital 02/2019 – Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), financiado com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI). O objetivo da chamada pública era promover a Difusão e Transferência de Tecnologia em Territórios Prioritários do Plano AGRONORDESTE do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER). A chamada subdividiu os 11 Estados da Federação abrangidos pelo BNB em 137 territórios (13 territórios do Plano AGRONORDESTE e 124 territórios do PRODETER), estabelecendo respectivamente as cadeias produtivas prioritárias para apoio em cada território. Por outro lado, o edital não estabeleceu metas físicas a serem cumpridas pelas entidades partícipes, apenas estipulou o valor total de financiamento (R\$ 300.000,00) por projeto (o edital do BNB disponibilizou o valor total de R\$ 6.000.000,00 para financiamento de propostas), exigindo contrapartida financeira e/ou bens e serviços de no mínimo 10% sobre o valor total da proposta. A chamada sugeriu, apenas, que os projetos buscassem contemplar a realização das seguintes atividades: dias de campo, visitas técnicas, cursos, oficinas e a implantação de Unidades Demonstrativas (UDs) (BNB, 2019).

Os territórios e cadeias produtivas prioritárias foram definidas previamente pelo edital, entretanto, a estratégia de intervenção socioprodutiva era algo para ser pensado e formulado. Este detalhe, em particular, possibilitou que as organizações de ATER (governamentais e não-governamentais) formassem estratégias de intervenção socioprodutiva nas respectivas cadeias produtivas dos territórios predefinidos pelo BNB.

O presente estudo busca apresentar um aspecto específico desse universo da ATER brasileira. Nas páginas seguintes, descrevo o processo de concepção e elaboração de um projeto de extensão rural com vistas a submissão ao edital do BNB, ou seja, apresentar a pesquisa que produziu um projeto de ATER para um edital específico. Para Kauchakje (2008, p. 09) a elaboração de projetos sociais, supõe de um lado, o domínio teórico sobre o tema da política em questão, a legislação e demais normas a ela vinculadas. Por outro lado, esse mesmo processo supõe o domínio de métodos e técnicas

de elaboração e gestão de planos, bem como, de implementação, execução e avaliação das ações propostas.

Neste trabalho objetivou-se relatar o processo de elaboração do projeto de extensão rural fruto da parceria entre o Instituto Nordestino de Moradia Popular (HABITAR) e a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) submetido ao edital FUNDECI 02/2019 – Desenvolvimento Territorial publicado pelo BNB.

Entre os 137 territórios e cadeias produtivas dispostos no edital, foi selecionado pelo Instituto HABITAR e a UNEAL o Território de Batalha (AL) tendo como respectiva cadeia produtiva prioritária a Apicultura. Este território constava nas prioridades do Plano AGRONORDESTE do MAPA, vinculando à apicultura como cadeia produtiva prioritária de fomento. O Território de Batalha, no Estado de Alagoas, é composto por oito municípios (Batalha, Belo Monte, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Isidoro, Monteirópolis, Olho D'água das Flores e Olivença). A região onde o território está localizado, segundo Silva e Costa (2014), é caracterizada, primeiro, no plano ambiental (edafoclimático) pela existência de solos rasos e alcalinos, alta insolação, deficiência hídrica e secas periódicas, e segundo, no plano socioeconômico pela predominância de uma estrutura fundiária altamente concentrada, onde grande parte da população rural habita e produz em minifúndios (ou através de relações precárias de acesso à terra), com baixo grau de escolaridade, ausência de capital e com o uso de tecnologias de produção inapropriadas.

A bovinocultura de leite é a principal atividade produtiva da região, porém, ela não é a única atividade desenvolvida pelos estabelecimentos de base familiar no território, através da agricultura de sequeiro produzem feijão, milho e mandioca. A bovinocultura leiteira possui papel significativo na conformação do quadro de desflorestamento da caatinga no território (plantio de pastagens). Buscando incentivar o desenvolvimento de outras cadeias produtivas na região, desde meados dos anos 2000, o Governo do Estado de Alagoas vem buscando introduzir outras atividades produtivas na região, uma dessas cadeias foi a apicultura. Após vinte anos é possível constatar que essa atividade produtiva ainda não está devidamente enraizada nos oito municípios que compõem o Território de Batalha. Considerando esse contexto, o projeto de extensão rural elaborado em parceria pelo Instituto HABITAR e a UNEAL teve como objetivo central o fomento da apicultura em esfera municipal e territorial, privilegiando a mobilização da base produtiva familiar através da articulação de crédito e mercados.

Neste estudo não realizei nenhum esforço analítico ou crítico sobre o edital ou questões normativas (documentos e orientações financeiras) do mesmo. O foco da pesquisa foi dissertar sobre os elementos e processos que fundamentaram tecnicamente a elaboração do projeto de extensão rural que fora submetido ao edital do BNB. É importante destacar que o pesquisador é componente do quadro diretivo do Instituto HABITAR e coordenou o processo de elaboração da proposta. Além de problematizar os processos relacionados a elaboração de projetos de ATER, este estudo buscou responder também a seguinte questão: quais são os principais desafios enfrentados no processo de elaboração de um projeto de extensão rural?

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresento a metodologia do estudo, seguido, por uma explanação da conjuntura apícola no Estado e no Sertão de Alagoas, como parte da coleta de subsídios para elaboração do projeto de ATER. Na quarta seção descrevo o método de execução do projeto de ATER voltado ao fomento apícola no Território de Batalha (AL). Por fim, faço as considerações finais sobre o processo de pesquisa.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A escolha metodológica e os instrumentos de coleta de dados adotado buscou atingir dois objetivos em particular: a) permitir a compreensão sobre as normas do edital, o cenário da cadeia produtiva da apicultura em Alagoas, identificando, concomitantemente, os atores sociais pertencentes a esse contexto; b) As informações coletadas deviam subsidiar a dinâmica de formulação e elaboração do projeto de ATER voltado ao fomento da produção apícola de base familiar no sertão alagoano.

Diante disto, os métodos fornecidos pela pesquisa qualitativa mostraram-se mais adequados para este estudo. Segundo Flick (2004, p. 20), este método é o mais apropriado para compreender as perspectivas dos atores envolvidos e sua diversidade, além de possibilitar uma maior reflexividade para o pesquisador e da própria pesquisa.

Para tanto, a pesquisa foi guiada pelos procedimentos abaixo indicados:

1. Análise documental (GIL, 1989): Nesta etapa foram analisados os seguintes documentos: a) Edital FUNDECI 02/2019 – Desenvolvimento Territorial aberto pelo BNB; b) Comunicações técnicas do BNB elaboradas por VIDAL (2013; 2018)

relacionadas a produção apícola da região Nordeste e do Estado de Alagoas; c) Relatórios técnicos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as pesquisas da Produção da Pecuária Municipal (PPM) dos anos de 2018 e 2019.

2. Levantamento bibliográfico: Nesta etapa do estudo buscamos levantar a bibliografia pertinente a temática do projeto disponível em artigos científicos, dissertações, teses e livros que versam sobre a produção apícola no sertão de Alagoas.

3. Realização de entrevistas semiestruturadas: Por meio desse instrumento de coleta de dados buscamos levantar dados sobre a estrutura da cadeia apícola no sertão de Alagoas. Foram entrevistados técnicos da equipe do Instituto HABITAR que residem na região, uma professora da UNEAL especialista em apicultura e o presidente da Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL). Para Poupart (2012) a entrevista possui duas vantagens que validam sua utilização no plano metodológico. Primeiro, a entrevista seria um meio eficaz de “coletar informações” sobre estruturas e o funcionamento de um grupo, uma instituição, ou até mesmo de uma formação social determinada. Os “informantes” agem como interpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade. A segunda contribuição desta técnica reside na capacidade expressar o ponto de vista dos atores.

COMPREENDENDO A CONJUNTURA APÍCOLA NO SERTÃO DE ALAGOAS

Conforme dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Estado de Alagoas possui 98.542 estabelecimentos rurais, deste montante, cerca de 83,58% (82.369) estão em posse do regime familiar de produção. A grande maioria desses estabelecimentos estão enquadrados na faixa de renda mais baixa e circunscritos na região semiárida. Essas unidades de produção, que em sua maioria são minifúndios, estão inseridos em biomas que já foram severamente desmatados, 82, 6% do Bioma Caatinga (IBGE, 2009; 2015),

Parte significativa deste desflorestamento teve como causa a produção pecuária (caatinga) amplamente desenvolvidas no sertão de Alagoas. Esse conjunto de elementos fazem com que a região semiárida alagoana (que se entrelaça com a própria área do bioma caatinga) expresse um dos mais relevantes desafios para o desenvolvimento rural

da (pós) modernidade, como bem frisado por Wanderley (2000). A autora alerta para a necessidade de inserção plena dos espaços e as populações rurais empobrecidas na dinâmica econômica e social moderna - assegurando concomitantemente a preservação dos recursos naturais como um patrimônio de toda a sociedade.

Uma das atividades produtivas que podem contribuir para reversão desse quadro é a apicultura. A apicultura é uma atividade de baixo impacto ambiental que possibilita a utilização permanente dos recursos naturais. Do mel pode-se ser extraído subprodutos tais como: pólen apícola, geleia real, apitoxina, cera, além de serem comercializados também enxames e crias. Esses aspectos favoráveis fazem com que a apicultura seja uma atividade produtiva capaz de contribuir tanto para a preservação ambiental da caatinga quanto para o desenvolvimento e diversificação socioeconômica da agricultura familiar do sertão de Alagoas.

Vidal (2018) explica que o diferencial do mel nordestino advém da diversidade florística e a baixa contaminação da florada por pesticidas, além, do próprio clima ser propício para produção de mel. Entretanto, a apicultura ainda não está amplamente presente nos estabelecimentos da região Nordeste. Os únicos dados oficiais que demonstram esse retrato são oriundos do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), mesmo estando defasados, podem nos ajudar na compreensão dessa conjuntura. Em 2006, existiam no Brasil 95.939 estabelecimentos rurais que produziam mel (e seus derivados). 78% desses estabelecimentos estavam em posse do regime familiar de produção. O Nordeste participava, naquele momento, da cadeia produtiva com 19.263 estabelecimentos, onde 79% deles, eram familiares. Dentro desse contexto, Alagoas participava com 223 estabelecimentos, sendo 58% da agricultura familiar e 42% patronal.

Buscando fortalecer a participação de Alagoas na dinâmica produtiva regional, o Governo do Estado em parceria com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (SEBRAE-AL) e outras entidades governamentais e não-governamentais, constituíram, em 2000, a Rede de Apicultura Integrada e Sustentável (APIS). A APIS foi criada com a intenção de formular e implantar iniciativas que promovessem a produção apícola no estado. Considerando os potenciais das regiões, o Estado de Alagoas e o SEBRAE-AL constituíram o Arranjo Produtivo Local (APLs) da Apicultura na região da Zona da Mata e no Sertão do Estado. O APL Apícola do Sertão Alagoano é composto por 13 (treze) municípios. Através desse programa foi fomentada e

organizada a base produtiva no sertão do Estado, tendo como principais resultados: a formação de duas cooperativas de apicultores (Coopeapis e a Coopmel); a criação da marca “Mel do Sertão”; a criação dos agentes de desenvolvimento; e a implantação de casas de mel e entrepostos de comercialização (ANDRADE, 2013). Aliado a isto, e para além das iniciativas do APL da Apicultura, o BNB vem, financiando a produção apícola (dentro e fora da área de atuação do APL).

Em 2012 houve um massivo investimento no setor no Nordeste, porém, neste mesmo ano, a região foi assolada por uma das mais severas estiagens das últimas décadas (VIDAL, 2018). Seus efeitos negativos ainda perduram, de maneira não linear no espaço-tempo, entre os Estados circunscritos no semiárido. Alagoas, por exemplo, perdeu cerca de 80% dos seus enxames de abelha (VIDAL, 2013). Com a estiagem o Nordeste perdeu o protagonismo nacional na produção de mel, que foi ocupado pela região Sul e Sudeste (VIDAL, 2018).

Todavia, os últimos dados demonstram que está em curso um processo de retomada produtiva na região. A partir de 2015, o Ceará e o Maranhão já vinham demonstrando uma relativa recuperação. Entre os anos de 2016 e 2017, o BNB retoma a atividade de financiamento para o setor, levando, por exemplo, a quase triplicar o financiamento de projetos apícolas em Alagoas (VIDAL, 2018). Outros dados demonstram que o Piauí teve o maior aumento quantitativo na produção em 2018, mais de 800 toneladas de mel, atingindo sua maior produção da série histórica. O Estado foi responsável ainda por 36,8% da produção da Região Nordeste, naquele ano (IBGE, 2018). Entre os anos de 2017 e 2018 a maior parte dos Estados do Nordeste apresentaram um significativo crescimento da produção apícola, incluído neste rol, o Estado de Alagoas (IBGE, 2019).

A estiagem prolongada impôs, de certo modo, a desestruturação do setor familiar de produção, principalmente no sertão alagoano. Esses estabelecimentos desenvolvem a apicultura quase sempre em minifúndios, sem capital para investimento e custeio da atividade. Por outro lado, essa conjuntura levou muitos estabelecimentos apícolas familiares a construírem inúmeras estratégias de sobrevivência e adaptação às condições ambientais de semiaridez prolongada. Essas experiências devem ser observadas, valorizadas e difundidas. Mesmo que o clima tenha desestabilizado a cadeia produtiva de maneira significativa, ele não determinou o fim da apicultura na região, causou grandes

estragos, mas também gerou inúmeras experiências exitosas de manejo, beneficiamento e comercialização que devem ser identificadas e replicadas.

A partir das atividades de campo, empreendida por essa pesquisa, foi identificado uma dessas experiências de resiliência produtiva de base familiar protagonizado pela Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL) localizada no município de Palmeira dos Índios. A drástica queda da produção no período de estiagem não desestruturou por completo a organização, ela permaneceu com sua base organizada e produzindo. Isso só foi possível através de um processo contínuo de aperfeiçoamento na gestão da produção, do beneficiamento e da comercialização. Compreender os fatores de sucesso e resistência da APAMEL no sertão alagoano são de fundamental importância para que possamos incentivar a produção apícola na região.

Pelo conjunto de elementos produzidos pela pesquisa de campo favoráveis a APAMEL, o Instituto HABITAR e a UNEAL decidiram que a experiência técnica e social da associação seria a tecnologia que o projeto de extensão rural buscava difundir e transferir. Mesmo que o município sede da organização não esteja dentro do Território de Batalha (definido pelo edital do BNB), a difusão de sua trajetória (social e produtiva) pode contribuir significativamente no enraizamento da apicultura de base familiar no território em questão.

É de suma importância compreender que a apicultura não está plenamente territorializada em todos os municípios que compõem o Território de Batalha. Apenas os municípios de Olho D'água das Flores e Olivença são atendidos pelo APL da Apicultura, além desses, apenas o município de Monteirópolis está dentro da área de atuação de duas cooperativas apícolas (Coopeapis e Coopmel). O território margeia a área de atuação do APL do Governo de Alagoas e do SEBRAE-AL, necessitando assim estabelecer uma integração mais efetiva com essa política pública.

Foi identificado também, no decorrer da pesquisa bibliográfica e de campo, que 05 municípios do território abrigam 10 comunidades remanescentes de quilombolas¹. Essas comunidades compõem, o extrato mais pobre do meio rural alagoano e que não está inserida na cadeia produtiva do mel e seus derivados. Esse foi outro aspecto observado e que mobilizou a atenção das entidades elaboradoras do projeto.

¹ No total são 10 comunidades circunscritas em cinco municípios do Território de Batalha, a saber: Batalha (Cajá dos Negros); Jacaré dos Homens (Alto da Madeira, Povoado Porção, Povoado Baixa, Povoado Ribeiras); Major Isidoro (Puxinanã); Monteirópolis (Paus Pretos); Olho D'Água das Flores (Aguazinha, Guarani, Gameleiro).

Com base nos dados coletados pela investigação, o Instituto HABITAR e a UNEAL definiram três eixos centrais de ação que orientam a elaboração (e a possível execução) do projeto de extensão rural no fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura no Território de Batalha (AL), a saber:

1. Visibilizar e Difundir as boas práticas apícolas de produção, beneficiamento e comercialização desenvolvidas pela Associação Palmeirense dos Apicultores e dos Meliponicultores (APAMEL) no semiárido alagoano de base familiar através de material audiovisual e impresso;
2. Sensibilizar, Mobilizar e Organizar apicultores/as e grupos interessados circunscritos no Território de Batalha (AL) com foco na integração ao APL da Apicultura e inserção do mel na merenda escolar nos municípios;
3. Fomentar e difundir boas práticas apícolas nas comunidades quilombolas existentes no Território de Batalha através de implantação de unidades demonstrativas e prestação de assistência técnica.

Essas diretrizes nortearam o processo de elaboração do projeto de extensão rural, essa dinâmica será detalhada na próxima parte deste estudo, contendo a metodologia de execução das ações.

PROJETO DE EXTENSÃO RURAL: CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA E DO MÉTODO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Nesta seção será detalhado a estratégia e o método de execução das metas físicas formuladas com base nos dados coletados (documental, bibliográfica e entrevistas) na fase anterior deste estudo. A etapa de coleta de dados além de fornecer um conjunto de informações estratégicas, contribuiu, também, para expandir o leque de parcerias em relação ao projeto. A APAMEL concordou em participar do projeto de ATER do Instituto HABITAR e da UNEAL.

Com base nas diretrizes definidas, anteriormente, deu-se início ao processo de elaboração do projeto de ATER voltado ao fortalecimento da apicultura no Território de Batalha (AL). O edital (BNB, 2019) exige que o projeto contenha a descrição dos

seguintes itens: a) título do projeto; b) objetivo geral e específicos; c) resumo do projeto; d) metodologia de execução do projeto; e) e a planilha financeira (custos). Nos parágrafos a seguir detalhado o processo de preenchimento destes itens (exceto a planilha financeira da proposta).

O primeiro passo dado pelas instituições responsáveis pelo projeto foi definir o título da proposta. A formulação, deste item contribui também para a concepção do objeto, objetivo geral e específicas da intervenção. Desta forma, foi definido o seguinte título: *Fomento à Organização Territorial da Cadeia Produtiva da Apicultura de Base Familiar no Território de Batalha (AL) Como Estratégia de Preservação Ambiental, Inclusão Produtiva e Difusão Tecnológica.*

Em seguida, definiu-se o objetivo geral do projeto: I) sensibilizar, mobilizar e organizar os produtores de base familiar do Território de Batalha (AL) através da visibilização e difusão de boas práticas de produção apícola adaptadas ao semiárido alagoano, inserindo, concomitantemente, as comunidades quilombolas na cadeia produtiva.

Complementando o objetivo geral da proposta, foram formulados os seguintes objetivos específicos, a saber: I) visibilizar e difundir as boas práticas apícolas de base familiar relacionadas à produção, o beneficiamento e a comercialização desenvolvidas pela APAMEL no semiárido alagoano através de material audiovisual e impresso; II) sensibilizar, mobilizar e organizar apicultores/as e grupos interessados circunscritos no Território de Batalha (AL) com foco na integração ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Apicultura e inserção do mel na merenda escolar; III) fomentar e difundir boas práticas apícolas nas comunidades quilombolas circunscritos no Território de Batalha através de implantação de duas unidades demonstrativas com prestação de assistência técnica; d) mobilizar e organizar a base produtiva da cadeia Apicultura no Território de Batalha (AL);

O terceiro passo foi elaborar um resumo do projeto que pudesse subsidiar a elaboração da metodologia de execução do projeto de extensão, sendo construído o seguinte texto: I) a proposta de intervenção socioproductiva busca promover e articular três eixos de trabalho no Território de Batalha (AL) diretamente relacionados ao fomento e a organização da cadeia produtiva apícola de base familiar. O primeiro eixo de trabalho visa identificar e divulgar boas práticas de produção apícola no semiárido alagoano (APAMEL). O segundo eixo de ação visa mobilizar e organizar os/as

apicultores/as (ou grupos interessados em produzir) em âmbito municipal e territorial no Território de Batalha.(01 território / 08 municípios) Por fim, o terceiro eixo de atuação buscará fomentar a produção apícola nas comunidades quilombolas existentes no território, implantando UD's e disponibilizando assistência técnica rural.

Definido o título, objetivo geral e específicos, mais o resumo do projeto, passou-se, então, para a etapa de formulação das metas físicas. A meta nada mais é que a descrição e a mensuração de uma ação (educativa ou de extensão rural). Quase sempre uma meta é composta por submetas. Um projeto de extensão rural é um conjunto de metas (e submetas) articuladas entre si, e mutuamente complementares, que organizam, dão forma e direcionam as ações planejadas. Explicitada essas questões, definiu-se então que o projeto seria composto por cinco metas. A descrição dessas metas e os passos metodológicos para sua execução, foram concebidas buscando contemplar as três diretrizes de atuação formuladas anteriormente.

O foco do projeto é difundir e transferir boas práticas apícolas de produção, beneficiamento e comercialização (adaptadas ao regime de semiaridez do sertão alagoano) no Território de Batalha (AL). Para cumprir este fim, foram propostas as seguintes ações detalhadas no quadro abaixo.

Quadro 1. Descrição das Metas do Projeto de Extensão Rural

Metas / Submetas	Descrição
Meta 1 - Difusão de Boas Práticas Apícolas de base familiar no Semiárido Alagoano	Esta meta terá o papel de registrar as boas práticas apícolas desenvolvidas pela APAMEL. É preciso compreender como o empreendimento conseguiu sobreviver ao período de estiagem, entender quais medidas os apicultores incorporaram no âmbito de suas unidades produção apícola e em sua organização associativa. A experiência da entidade pode fornecerá exemplos de práticas apícolas adaptadas. A difusão e transferência da experiência da APAMEL se dará por meio de material audiovisual e impresso
Submeta 1.1 - 2 Visitas Técnicas de Acompanhamento do Registro das Boas Práticas Apícolas desenvolvidas pela APAMEL	As visitas técnicas servirão para conceber e planejar a produção do material audiovisual e impresso. Participarão desta etapa o Instituto HABITAR, a UNEAL, o BNB e a APAMEL. Será definido quais os aspectos das boas práticas desenvolvidas pela organização apícola deverão compor o material a ser produzido. Além das etapas do processo de produção, beneficiamento e comercialização, o projeto buscará demonstrar, também, a dinâmica organizativa da associação
Submeta 1.2 – Produção de 500 Cordéis de Boas Práticas Apícolas de Base Familiar no Semiárido Alagoano	Como forma de registro e difusão das boas práticas adotadas pela APAMEL, produziremos material educativo impresso e audiovisual que será amplamente divulgado e permeará todas as atividades previstas nas demais metas do projeto. O material didático (audiovisual e impresso) que será produzido deverá conter os seguintes aspectos relacionados as Boas Práticas Apícolas (BPAs) desenvolvidas pela APAMEL: I) Institucional: modelo de gestão social da associação; mecanismos de controle e participação dos/as associados/as; II) Produtiva: estratégias de captura e manutenção de

<p>Submeta 1.3 - Recurso Didático Audiovisual para Difusão de Boas Práticas Apícolas de Base Familiar no Semiárido de Alagoas</p>	<p>enxames; localização e instalação dos apiários; estratégias de segurança hídrica; identificação e fortalecimento da florada nativa; manejo e cuidados com as colmeias e materiais utilizados; queima no fumigador; alimentação das colmeias; sanidade apícola; III) Beneficiamento: organização do pessoal de campo para coleta dos favos de mel; cuidados com apiários e veículos de transporte; métodos e padrões higiênicos para coleta do mel e demais produtos (pólen, própolis) das colmeias; mecanismos de controle de qualidade; controle e certificação dos produtos junto aos órgãos de vigilância sanitária; IV) Comercialização: estratégias de comercialização direta e indireta realizada pela APAMEL; diversificação de produtos, política de preços, entre outras fatores (SEBRAE, 2009). No cordel incluiremos também os parâmetros nutricionais do mel e os fatores positivos de sua inserção no cardápio da merenda escolar.</p>
<p>Meta 2 - Mapeamento e Organização Territorial dos/as Apicultores/as e Difusão de Boas Práticas Produtivas no Território de Batalha (AL)</p>	<p>Por intermédio desta meta será empreendido o processo educativo de sensibilização, mobilização e organização da base apícola no Território de Batalha (AL). Como já discutido anteriormente, o referido território margeia a região do APL da Apicultura promovido pelo SEBRAE-AL e pelo Governo do Estado de Alagoas. Dos oito municípios que compõem o território, apenas dois (Olho D'água das Flores e Olivença) fazem parte do APL e um outro (Monteirópolis) possui atuação de duas cooperativas. Por um lado, fica claro que a apicultura não está devidamente territorializada. Por outro lado, revela também a indispensabilidade da existência de iniciativas de extensão rural que busquem animar (em âmbito municipal e territorial) o desenvolvimento da cadeia produtiva, mirando a articulação da base produtiva, de políticas públicas e de mercados.</p>
<p>Submeta 2.1 - 8 Seminários Municipais sobre Apicultura, Preservação Ambiental e Geração de Renda</p>	<p>A submeta tem o objetivo de mobilizar produtores/as familiares através da realização de seminários municipais. Nesses eventos além de difundir as boas práticas apícolas registradas na Meta 1, realizaremos o mapeamento dos/as apicultores/as e grupos produtivos interessados em desenvolver a cadeia produtiva nos oito municípios do território. Essa atividade será o primeiro passo de sensibilização e mobilização dos agentes produtivos. Esse processo de mobilização se dará por intermédio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDRS) com suporte da agência do BNB da região.</p>
<p>Submeta 2.2 - 10 Visitas Técnicas de Fomento à Integração do Território de Batalha no APL da Apicultura e de Incentivo a Inserção do Mel na Merenda Escolar</p>	<p>Esta submeta tem o papel de sensibilizar e mobilizar o SEBRAE-AL, o Governo do Estado de Alagoas e as Prefeituras do Território em relação as metas do projeto. As visitas técnicas na esfera estadual terão o objetivo de integrar os oito municípios as políticas públicas promovidas pelo APL da Apicultura. As visitas na esfera municipal terão o objetivo de incentivar a inclusão do mel (e seus derivados) na merenda escolar por meio do Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE).</p>
<p>Submeta 2.3 - 01 Encontro Territorial de Apicultores/as do Território de Batalha (AL),</p>	<p>Concluída as duas submetas anteriores, promoveremos em seguida o Encontro territorial com o objetivo de discutir a possibilidade de integração do Território na área de atuação do APL, além da inserção da produção apícola na merenda escolar (os/as apicultores/as, representantes do CMDRS, Prefeituras, SEBRAE, Governo do Estado e o BNB).</p>
<p>Meta 3 - Fomentar a Inserção das Comunidades Quilombolas do Território de Batalha na Cadeia Produtiva da Apicultura</p>	<p>Nesta meta buscaremos instalar infraestrutura apícola na área de atuação do projeto, incluindo, concomitantemente, as comunidades rurais excluídas da cadeia produtiva. As famílias rurais remanescentes de quilombolas foram historicamente excluídas das políticas públicas de produção alimentos. O Território de Batalha (AL) possui parte expressiva dos quilombos reconhecidos no Estado de Alagoas. No total são 10 comunidades circunscritas em cinco municípios. Essas comunidades estão assentadas em áreas bastante degradadas (IBGE, 2015). Os quilombos são territórios coletivos, isso faz com que, geralmente, suas áreas de Reserva Legal (RL) sejam espaços maiores e unificados, diferenciando-se dos demais estabelecimentos rurais que possuem as RLs fracionadas. Essa especificidade pode contribuir de maneira significativa para instalação de equipamentos apícolas nesses quilombos.</p>

<p>Submeta 3.1 - 10 Visitas Técnicas Divulgação da Produção Apícola e Seleção das Comunidades Quilombolas.</p>	<p>A operacionalização desta meta ocorrerá através do reconhecimento e seleção de duas comunidades quilombolas (mais organizadas e preservadas ambientalmente) para recepção de duas UD's. A equipe do projeto realizará a análise da aptidão dessas comunidades para recepção das UD's. Das 10 comunidades que serão visitadas, 02 serão selecionadas para receber tais equipamentos educacionais (difusão e transferência de tecnologia). O Instituto HABITAR, conjuntamente, com a Agência do BNB de Batalha e a UNEAL selecionarão as comunidades, com base nos seguintes critérios: a) mobilização comunitária; b) existência de área de reserva legal; c) área de reserva legal mais preservada; d) Existência de recursos hídricos; e) formação de grupos com número paritário de homens e mulheres; f) existência de enxames de abelhas; g) outros critérios sugeridos pelas entidades parceiras.</p>
<p>Submeta 3.2 - Implantação de 2 Unidades Demonstrativas (UDs) apícolas</p>	<p>Conclusa a etapa de seleção das duas comunidades, partiremos para aquisição dos itens que irão compor as UD's. Cada unidade contará com: 20 (vinte) colmeias; 01 (um) centrífuga de inox; 01 (um) decantador de inox de 200 kg; 01 (um) mesa desoperculadora de inox; 07 (sete) indumentárias apícolas; 40 (quarenta) kg de cera alveolada; 06 (seis) formões galvanizados; 06 (seis) garfos desoperculadores. Essas unidades educativas serão implantadas participativamente com a comunidade</p>
<p>Submeta 3.3 - 02 Oficinas de Implantação, Manejo e Gestão Apícola no Semiárido Alagoano</p>	<p>As oficinas terão duração de 40 horas, nelas serão trabalhadas as técnicas de manejo apícola, manutenção das colmeias, beneficiamento e comercialização com base nas tecnologias registradas pela Meta 1. Concomitantemente à realização das oficinas serão a implantadas as respectivas UD's. A gestão de cada UD será compartilhada por 06 pessoas através de regras expressas e pactuadas num Regimento Interno (RI). Os grupos serão organizados respeitando (quando possível) a paridade de gênero e geração. Conforme as condições ambientais dos quilombos e o regime climático no período de execução desta submeta, espera-se que cada colmeia produza de 25 a 40 kg por ano, dando um total por UD que pode orbitar entre 500 a 800 kg por ano. Parte dessa produção será destinada para consumo das famílias envolvidas no projeto e outra parte será destinada a comercialização</p>
<p>Submeta 3.4 - Assistência Técnica</p>	<p>Os serviços de ATER serão prestados num período de 8 meses, com duas visitas ao mês nas UD's.</p>
<p>Meta 4 - Coordenação, Contabilidade e Material de Expediente.</p>	<p>Esta meta conterà os recursos necessários para pagamento da equipe e dos insumos necessários para execução do projeto.</p>
<p>Meta 5 - Planejamento e Avaliação das Ações</p>	<p>Nesta meta serão realizadas 02 reuniões (visitas técnicas) junto a Agência do BNB de Batalha. A primeira ocorrerá no início da execução do projeto com o objetivo de planejar e construir o cronograma das ações (e seu respectivo monitoramento). A segunda reunião ocorrerá no fim do processo de execução do projeto de extensão rural, e servirá como momento de avaliação das ações desenvolvidas.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Ao término da execução das cinco metas do projeto é esperado que a apicultura esteja mais territorializada nos oito municípios que compõem o Território de Batalha. As intervenções planejadas buscam promover ações educativas e de transferência tecnológica em âmbito territorial da cadeia produtiva através da mobilização apicultores/as (ou grupos interessados em produzir), empresas elaboradoras de projetos de crédito, agentes financeiros (BNB) e poderes públicos locais.

O projeto elaborado parte do pressuposto que a preservação ambiental da caatinga alagoana só será efetiva (ou possível) quando houver a efetiva participação (e inclusão) de inúmeras comunidades rurais e quilombolas (empobrecidas) que densamente ocupam a região. A apicultura é, sem dúvida, uma alternativa viável para inúmeras famílias rurais, pois ao mesmo tempo, preserva o meio ambiente e gera renda. Considerando esse potencial, o projeto de extensão rural busca, em primeiro lugar, visibilizar e difundir boas práticas apícolas adaptadas ao semiárido alagoano, em segundo lugar, ele busca contribuir para o mapeamento, a mobilização e a organização dos/as apicultores/asa de base familiar no Território de Batalha, aproximando as comunidades quilombolas da cadeia produtiva.

A gestão do projeto se dará da seguinte forma. O Instituto HABITAR será a entidade executora do projeto. Seu quadro associativo é composto por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento (agrárias e sociais) com larga experiência na execução de projetos sociais, produtivos e de assistência técnica e extensão rural². A HABITAR será a entidade responsável pela execução técnica e financeira da proposta. A UNEAL disponibilizará a docente Maria do Carmo Carneiro para cumprir o papel de Coordenação Técnica do projeto. As 120 horas disponibilizadas pela UNEAL serão utilizadas para o assessoramento técnico na execução da Meta 1 - Difusão de Boas Práticas Apícolas de base familiar no Semiárido Alagoano e da Meta 3 - Fomentar a inserção das Comunidades Quilombolas existentes no Território de Batalha na Cadeia Produtiva da Apicultura. A APAMEL disponibilizará, por meio do seu quadro dirigente e de associados/as, o conjunto de tecnologias (organizacional, produtiva, beneficiamento e comercialização) utilizadas em seus produtos apícolas. A associação é gerida por agricultores/as familiares que desenvolveram um conjunto de estratégias organizacionais e produtivas adaptadas a realidade do sertão alagoano.

O projeto de extensão rural detalhado no quadro 1 prevê a realização de ações em escala local, municipal e territorial. Esse tipo de estratégia demanda gastos significativos com transporte e custeio da equipe técnica, bem como, dos próprios participantes do projeto. Esse é um desafio inerente a qualquer projeto que é submetido a um chamamento público, pois quase sempre os recursos são limitados. Em nosso caso, como estamos prevendo a realização nas três escalas espaciais, esse desafio é ainda maior.

² Para mais informações acessar a página do Institut o HABITAR no Youtube - <https://www.youtube.com/channel/UC8Ul5tiTwinun598dAIdbvA>

Como ferramenta para intervir nesses três níveis espaciais foram escolhidos dois mecanismos de difusão e transferência tecnológica. O primeiro foi a produção de material audiovisual e impresso (cartilha/cordel). Esses dois recursos didáticos servirão para sensibilizar e mobilizar grupos produtivos interessados em desenvolver a atividade apícola. Eles serão compartilhados em diversas mídias e redes sociais. As UDs implantadas nas comunidades quilombolas conformam-se como o segundo mecanismo de difusão e transferência.

A continuidade do projeto, para além do tempo de execução previsto (12 meses), será garantida pelos seguintes fatores que serão trabalhados no decorrer da implementação da proposta:

1. A produção do material audiovisual e impresso possibilitará a difusão tecnológica para além do próprio público e período de execução do projeto. O material didático produzido será compartilhado em diversas redes sociais.
2. A difusão da experiência da APAMEL possibilitará uma possível ampliação da área de abrangência da associação para os municípios que compõem o Território de Batalha (AL). A organização poderá contribuir de forma significativa na organização da cadeia produtiva na região;
3. Os encontros municipais e o encontro territorial possibilitarão a sensibilização e mobilização dos produtores, poderes públicos locais e estadual, empresas de assistência técnica, entre outros atores, entorno de um plano de fomento apícola no Território de Batalha. Espera-se que ao fim desse ciclo de trabalho, os participantes constituam uma Comissão Territorial de Acompanhamento das Ações;
4. As UDs implantadas nas comunidades quilombolas possibilitarão a inserção dessas populações na cadeia produtiva. Essas comunidades serão os vetores locais de difusão e transferência tecnológica preconizado pelas boas práticas trabalhadas pelo projeto.

Os mecanismos de garantia da sustentabilidade ambiental do projeto ocorrerão em dois níveis. Em nível territorial (mais difuso), o projeto aposta na reconversão e diversificação produtiva do Território de Batalha através do incentivo à apicultura. Essa atividade econômica tem como pressuposto básico, a preservação da natureza e a geração de renda. A produção do material audiovisual e impresso terão papel importante na

difusão das boas práticas apícolas para além do tempo de execução previsto pelo projeto. Esses instrumentos também poderão colaborar na preservação ambiental e diversificação econômica da agricultura familiar da região. A realização dos encontros (em âmbito municipal e territorial) possibilitarão a mobilização dos atores sociais do território e a possível construção de planos de ação para enraizamento da atividade apícola. Em nível local, o projeto espera incluir na cadeia apícola do sertão alagoano as comunidades quilombolas. As UD's implantadas servirão como laboratórios de experimentação de boas práticas apícolas. Além disto, a apicultura incentivará as comunidades a preservarem suas RLs e Áreas de Preservação Permanente (APP). As UD's também contribuirão para construção de parâmetros locais que serão úteis em futuros projetos de crédito.

Por fim, destaco que o projeto buscará atingir os seguintes resultados qualitativos para além das metas físicas descritas no projeto: 1) Difusão de boas práticas apícolas adaptadas ao sertão semiárido alagoano (organizacional, produtivo, beneficiamento e comercialização) através da produção de material audiovisual e impresso; 2) Difusão de boas práticas apícolas adaptadas ao sertão alagoano através da implantação de 2 Unidades Demonstrativas (UD's); 3) Atores sociais e governamentais dos 8 municípios do Território de Batalha (AL) mobilizados e organizados entorno da cadeia produtiva da apicultura visando o acesso a políticas públicas e mercados; 4) Identificar e mobilizar grupos de agricultores familiares interessados em investir na apicultura por intermédio de crédito rural; 5) Incentivar a inclusão das comunidades quilombolas na cadeia produtiva da apicultura no Estado de Alagoas; 6) Incluir o Território de Batalha (AL) na área de atuação do APL da Apicultura promovido pelo Governo de Alagoas e o SEBRAE-AL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se demonstrar, de maneira geral, como ocorre o processo de elaboração de um projeto de extensão rural para um chamamento público específico. Essa temática quase sempre é abordada de forma tangencial nos estudos de ATER. Na maioria das vezes o termo "projeto" surge relacionado a execução de um conjunto de atividades (orientação/educação/intervenção) para desenvolvimento (ou manutenção) de

uma unidade produtiva (atividades agrícolas, pecuárias e ambientais) ou para acesso ao crédito. O esforço desta pesquisa foi demonstrar a esfera institucional do termo “projeto”, ou seja, compreender os parâmetros e as regras embutidas nos processos de captação de recursos para prestação de serviços de ATER na esfera institucional.

Procurou-se discutir essa temática, neste estudo, através da exposição do processo de elaboração de um projeto de ATER voltado ao fomento da produção apícola no sertão alagoano, empreendido pelo Instituto HABITAR e a UNEAL. Em nenhum momento busca-se definir ou traçar um modelo único de intervenção/fomento da cadeia apícola (dentro ou fora do Estado de Alagoas). O projeto exposto apenas reflete o resultado da pesquisa empreendida somada as experiências acumuladas pelo conjunto dos profissionais que contribuíram para sua formulação.

Em relação a indagação realizada no início desta investigação (quais são os principais desafios enfrentados no processo de elaboração de um projeto de extensão rural?), foi possível apreender os seguintes aspectos: I) elaborar um projeto de extensão rural, bem fundamentado tecnicamente e socialmente articulado, demanda pesquisa e um amplo processo de escuta e diálogo; II) um projeto de ATER é uma pesquisa dinâmica que precisa ter como base o conhecimento acadêmico, mas também, deve levar em consideração as práticas sociais dos sujeitos em questão e do ambiente político que circunda; III) as ações e as atividades definidas por um projeto estão fortemente influenciadas pelas exigências e os parâmetros financeiros estipulados pelo edital (chamada pública); IV) custos com transporte e custeio das atividades da equipe de ATER concentra parte significativa das despesas; V) um conjunto de decisões técnicas e políticas permeiam a elaboração de um projeto de ATER.

Ademais, é importante destacar que o presente texto é, apenas, uma primeira reflexão sobre um processo que ainda está em curso. O projeto elaborado pelo Instituto HABITAR e a UNEAL ficou em segundo colocado no resultado final publicado³ no dia 29/07/2020. Deste modo, darei continuidade a esta pesquisa dissertando sobre o processo de execução e avaliação dos resultados estabelecidos pelo projeto de extensão rural aprovado.

Por fim, espero que este esforço contribua, de alguma forma, para a aproximação da comunidade estudantil (agrárias e sociais) e dos profissionais de ATER com o universo da elaboração de projetos de extensão rural.

³ Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/fundeci/editais>

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço a um conjunto de profissionais que colaboraram na elaboração do projeto, são eles e elas: a) Marcio Mastroiane, Luiz Fernando Barbosa Gomes Magalhães e Tarcísio Ferro, componentes do corpo técnico do Instituto HABITAR; b) a Professora Maria do Carmo Carneiro, e ao Pró-Reitor de Extensão, o Professor Carlindo de Lira Pereira, da UNEAL; c) a Antílio Limeira Novais, diretor-presidente da APAMEL; d) ao Professor Roberto Miranda da UFCG. Agradeço também a leitura e as sugestões de aperfeiçoamento realizadas pela equipe editorial da Revista *Diversitas Journal*.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, E. R. A importância do arranjo produtivo local de Alagoas: enfatizando o caso do arranjo produtivo da apicultura no sertão alagoano. *Revista Caderno de Economia*, v. 17, n. 33, p. 51-65, jul/dez, 2013.
2. BRASIL. *Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária–PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providencias. Brasília, 2010.
3. BNB. Banco do Nordeste do Brasil. *Edital FUNDECI 02/2019 – desenvolvimento territorial: difusão e transferência de tecnologia em territórios prioritários do Plano AGRONORDESTE do MAPA e do Programa de Desenvolvimento Territorial do Banco do Nordeste (PRODETER)*. Fortaleza, BNB, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/fundeci/editais>. Acesso em: 10/04/2019.
4. CAPORAL, F. R. e RAMOS. L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In.: MONTEIRO, D. C.;

MONTEIRO, M. A (Org). *Agricultura Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém, UFPA: NAEA, p. 27-50, 2006.

5. CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. *Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2017.

6. DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no brasil: a (difícil) implementação da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER). *Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM*, Santa Maria, v.25, n.2, abr./jun. 2018.

7. DINIZ, P. C. O.; TAVARES DE LIMA, J. R. Leis, decretos, chamadas públicas, conferências: a construção da política pública de ATER. In: *Anais do XX Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste / PRÈ ALAS BRASIL*, 04 a 07 de setembro, p. 01-36, 2012.

8. FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª. Edição, Bookman, Porto Alegre, 2004.

9. GIL, C. A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Ed. Atlas S.A., São Paulo, 1989.

10. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa dos Biomas. 2004. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 31/12/2019.

11. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 31/12/2019.

12. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2009. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm. Acesso em: 31/12/2019.

13. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em:
https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm . Acesso em: 31/12/2019.

14. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31/12/2019.
15. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Pecuária Municipal. 2018. Prod. Pec. munic., Rio de Janeiro, v. 46, p.1-8, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>, Acesso em: 31/12/2019.
16. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa da Pecuária Municipal. – Diretoria de Pesquisas – DPE, Gepec/Coagro, 20 de setembro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 31/12/2019.
17. KAUCHAKJE, S. *Elaboração e planejamento de projetos sociais*. IESDE BRASIL SA, 2008.
18. POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et tal. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes. p. 295-316, 2012.
19. SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Manual de Boas Práticas Apícolas – Campo. Série Segurança e Qualidade dos Alimentos*. 1 edição, 2009.
20. SILVA, A. G. da; COSTA, F. B. Os estabelecimentos rurais de menor porte econômico do Semiárido nordestino frente às novas tendências da agropecuária brasileira. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. de; NAVARRO, Z. (editores técnicos). *O mundo rural do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília-DF, Embrapa, p. 947-977, 2014.
21. VIDAL, M. de F. Efeitos da seca em 2012 sobre a apicultura nordestina. *Informe Rural ETENE*, ano VII, n. 2, p. 01-05, 2013.
22. VIDAL, M. de F. Produção de mel na área de atuação do BNB entre 2001 e 2015. *Caderno Setorial ETENE*, ano 3, n. 30, abril, p. 01-12, 2018.